



Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco

Plano de Trabalho

Comissão de Segurança Pública

Tema: *Condições de trabalho e valorização dos profissionais da segurança pública no Estado, no âmbito do Tema em Foco 2025/2026*

— 2025/2026 —



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS



Tema em Foco — Plano de trabalho

Plano de trabalho da Comissão de Segurança Pública para fiscalizar, no escopo de suas atribuições, a temática “Condições de trabalho e valorização dos profissionais da segurança pública no Estado”, no âmbito do Tema em Foco 2025/2026

Comissão de Segurança Pública:

Sargento Rodrigues, presidente;
Delegado Christiano Xavier, vice-presidente;
Eduardo Azevedo;
Bruno Engler;
Rafael Martins.

Assembleia Legislativa de Minas Gerais
Endereço: Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho
Belo Horizonte/MG
CEP: 30190-921



Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco

Comissão de Segurança Pública

— Plano de Trabalho —

1) Tema escolhido:

Condições de trabalho e valorização dos profissionais da segurança pública no Estado.

2) Objetivo geral:

Conhecer as ações desenvolvidas para a valorização dos servidores das forças de segurança pública do Estado – das Polícias Civil, Militar e Penal, do Corpo de Bombeiros Militar e dos Agentes de Segurança Socioeducativos –, sobretudo no que se refere às iniciativas, inclusive no tocante aos investimentos do tesouro estadual, para a promoção de condições de trabalho adequadas, assinalando-se lacunas, incongruências e também boas práticas relacionadas à proteção e valorização dos servidores, tendo em consideração a incidência desses fatores na qualidade de vida dos profissionais e na prestação dos serviços de segurança pública.

3) Objetivos específicos:

I – Ouvir representantes das categorias e associações sobre demandas históricas e atuais relacionadas à valorização profissional dos servidores das forças de segurança pública.

II – Coletar subsídios para a atuação desta comissão e do conjunto dos parlamentares da ALMG para, no exercício de suas funções legislativa e de fiscalização, contribuírem para a valorização dos profissionais de segurança pública, de modo a promover-lhes condições de trabalho adequadas e qualidade de vida, consoante as premissas da Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, incluindo aspectos como:

- Recomposição e reestruturação de efetivos, salários e carreiras;
- Promoção da saúde e da qualidade de vida;
- Formação e capacitação;
- Reestruturação e funcionamento das unidades.

4) Cronograma de atividades:

Abril e Maio/2025:

- Elaboração, apresentação e aprovação do plano de trabalho.
- Indicação do tema como uma das ênfases no Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas – 1º ciclo de

2025, a ser realizado na 1ª quinzena de junho/2025.

- Elaboração e aprovação de requerimento para a realização de audiência pública – com a presença, entre outros convidados, do comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG; do comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG; e de representantes das categorias e associações –, visando conhecer e debater as ações de valorização dos policiais militares e bombeiros militares, com foco nas iniciativas existentes para a promoção de condições de trabalho adequadas, assinalando-se lacunas, incongruências e também boas práticas relacionadas aos seguintes aspectos:
 - Recomposição e reestruturação de efetivos, salários e carreiras: fixação de interstícios mínimo e máximo e de critérios para promoção e progressão; recompensas por bons serviços prestados; fixação de critérios para a realização de concursos públicos; acompanhamento dos profissionais em processos de aposentadoria, reserva remunerada ou reforma; implantação de sistema informatizado para avaliação objetiva de desempenho; padronização estadual de critérios para suspensão temporária do porte de arma de fogo.
 - Promoção da saúde e da qualidade de vida: identificação dos serviços de saúde física e mental disponibilizados e verificação das condições de acesso, da qualidade e da abrangência desses serviços; levantamento de informações e dados relativos ao quantitativo e à motivação de afastamentos por doenças ocupacionais, acidentes de trabalho ou estresse; levantamento das medidas para prevenir o alcoolismo, o tabagismo, a ansiedade, a depressão, a dependência química, as doenças ocupacionais, os distúrbios do sono, o estresse, a obesidade mórbida, o suicídio, o transtorno do estresse pós-traumático e outros fatores de risco; levantamento das situações de insalubridade nos ambientes de trabalho e identificação das medidas para garantir aos profissionais as condições de saúde e segurança no exercício de suas funções; identificação das medidas para assegurar proteção dos profissionais que atuam como denunciantes, depoentes e testemunhas.
 - Formação e capacitação: oferta de cursos de capacitação, graduação e pós-graduação nas academias de polícia, escolas de formação e universidades públicas.
 - Reestruturação e funcionamento das unidades: aquisição de armamentos, máscaras, munições, coletes balísticos, uniformes e viaturas em quantidade suficiente e com alto padrão de qualidade.
- Elaboração e aprovação de requerimento para a realização de audiência pública – com a presença, entre outros convidados, da chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG; do secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública; e de representantes das categorias e associações –, visando conhecer e debater as ações de valorização dos policiais civis e penais e dos agentes de segurança socioeducativos, com foco nas iniciativas existentes para a promoção de condições de trabalho

adequadas, assinalando-se lacunas, incongruências e também boas práticas relacionadas aos seguintes aspectos:

- Recomposição e reestruturação de efetivos, salários e carreiras: fixação de interstícios mínimo e máximo e de critérios para promoção e progressão; recompensas por bons serviços prestados; fixação de critérios para a realização de concursos públicos; acompanhamento dos profissionais em processos de aposentadoria; implantação de sistema informatizado para avaliação objetiva de desempenho; padronização estadual de critérios para suspensão temporária do porte de arma de fogo.
- Promoção da saúde e da qualidade de vida: identificação dos serviços de saúde física e mental disponibilizados e verificação das condições de acesso, da qualidade e da abrangência desses serviços; levantamento de informações e dados relativos ao quantitativo e à motivação de afastamentos por doenças ocupacionais, acidentes de trabalho ou estresse; levantamento das medidas para prevenir o alcoolismo, o tabagismo, a ansiedade, a depressão, a dependência química, as doenças ocupacionais, os distúrbios do sono, o estresse, a obesidade mórbida, o suicídio, o transtorno do estresse pós-traumático e outros fatores de risco; levantamento das situações de insalubridade nos ambientes de trabalho e identificação das medidas para garantir aos profissionais as condições de saúde e segurança no exercício de suas funções; identificação das medidas para assegurar proteção dos profissionais que atuam como denunciantes, depoentes e testemunhas.
- Formação e capacitação: oferta de cursos de capacitação, graduação e pós-graduação nas academias de polícia, escolas de formação e universidades públicas.
- Reestruturação e funcionamento das unidades: aquisição de armamentos, máscaras, munições, coletes balísticos, uniformes e viaturas em quantidade suficiente e com alto padrão de qualidade.

Junho/2025:

- Aprovação de requerimentos solicitando informações às autoridades competentes.
- Obtenção de informações durante as reuniões do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas – 1º ciclo de 2025.

Agosto e setembro/2025:

- Realização das audiências públicas previstas.
- Análise dos dados colhidos nas audiências do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas – 1º ciclo de 2025.
- Análise dos dados colhidos nas audiências realizadas no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco 2025/2026.
- Análise das respostas aos requerimentos encaminhados.

Outubro e Novembro/2025

- Obtenção de informações complementares durante o Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas – 2º ciclo de 2025;
- Encaminhamento de possíveis requerimentos complementares com pedidos de informação.

Fevereiro a agosto/2026:

- Análise e consolidação dos dados coletados e elaboração do relatório final.

Setembro e outubro/2026:

- Validação e apreciação do relatório final;
- Deliberação sobre a realização de audiência pública para apresentação do relatório dos trabalhos.

Sala das Comissões, de de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente e relator.